

X Colóquio Ibérico de Geografia
“A Geografia Ibérica no Contexto Europeu”

Universidade de Évora
22 - 24 de Setembro de 2005

UMA NOVA GEOGRAFIA PARA A EUROPA
II. - A EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA NA EUROPA: UMA VISÃO DOS PRÓXIMOS 50
ANOS

Nuno Marques da Costa
Centro de Estudos Geográficos
Faculdade de Letras, Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa
Telefone: 21 7940218 FAX: 21 7938690
e-mail: nmcosta@fl.ul.pt

UMA NOVA GEOGRAFIA PARA A EUROPA

II. - A EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA NA EUROPA: UMA VISÃO DOS PRÓXIMOS 50 ANOS¹

Nuno Marques da Costa

Centro de Estudos Geográficos

Faculdade de Letras, Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa

Telefone: 21 7940218 FAX: 21 7938690

e-mail: nmcosta@fl.ul.pt

Palavras-chave: modelos demográficos, envelhecimento, *labour-shortage*, *replacement migration*, Europa

1. Introdução

Um dos desafios que, no futuro próximo, se coloca à Europa é o demográfico. O continuado processo de envelhecimento é comum à generalidade das regiões europeias, embora apresentando intensidades diferenciadas consoante os diferentes territórios. Este processo, muitas das vezes acompanhado também por um processo de despovoamento, resultou, simultaneamente, da continuada redução dos índices de fecundidade e do aumento da esperança de vida. Paralelamente, a sustentabilidade financeira do modelo social europeu tem vindo a ser colocada em questão, quer pelo aumento dos encargos associados ao aumento da esperança de vida, e conseqüentemente dos beneficiários não contribuintes, como pela diminuição do volume da população contribuinte, devido à redução dos efectivos populacionais dos escalões etários activos. Esta questão encontra-se na ordem do dia, tanto nos fóruns mais especializados como no discurso político. Neste contexto, a migração de substituição (*replacement migration*) tem sido encarada como uma alternativa para solucionar o problema demográfico na Europa. No entanto, os limites e a quantificação dos fluxos em jogo têm sido insuficientemente avaliados.

O relatório das Nações Unidas "Replacement Migration", publicado em Março de 2000, constituiu uma primeira abordagem quantitativa onde são apontados os montantes migratórios necessários para minorar os efeitos do envelhecimento populacional, da redução da força de trabalho e para a garantia da sustentabilidade financeira do modelo de protecção social.

¹ Esta comunicação resulta do trabalho desenvolvido no âmbito do ESPON project 1.1.4 "The spatial effects of demographic trends and migration", http://www.espon.lu/online/documentation/projects/thematic/thematic_75.html

Após esta publicação, foram desenvolvidos outros trabalhos em o que o conceito de migração de substituição é discutido e onde se apontam os problemas decorrentes do desequilíbrio entre a oferta e a procura no mercado de trabalho, tanto no que se refere aos quantitativos em jogo como em relação às qualificações necessárias em cada momento. Contudo, não foram apontados outros valores que, de alguma forma, pudessem complementar os resultados apresentados pelas Nações Unidas ou traduzissem os quantitativos migratórios para outras unidades territoriais.

No âmbito do Projecto ESPON 1.1.4., “The Spatial Effects of Demographic Trends and Migration”, uma equipa do CEG/UL determinou os quantitativos populacionais por escalão etários e os fluxos migratórios para diferentes cenários económicos e demográficos até ao horizonte de 2050, para o conjunto da União Europeia a 15 (UE15), a 25 Estados (UE25) e para o conjunto em que se incluem a Roménia, Bulgária, Suíça e Noruega (UE29), por país e por regiões (NUTS nível 2). A presente comunicação é a segunda de duas apresentadas ao X Colóquio Ibérico de Geografia; a primeira apresenta os problemas que se colocam à modelização e quantificação das relações entre a demografia, o comportamento social e a economia e esta apresenta e analisa os resultados mais relevantes do trabalho desenvolvido no projecto. No âmbito do referido projecto, é ainda apresentada uma terceira comunicação sobre a temática onde, não sendo calculados quantitativos populacionais futuros, se apresenta a evolução da imigração (número, perfil de origem e de qualificação) em Portugal e Espanha.

Esta comunicação divide-se em três partes: a primeira onde, de forma muito geral, são apresentados os diferentes modelos e a explicitação da sua construção; a segunda onde são apresentados os resultados e tipificadas as regiões de acordo com as tendências de evolução demográfica e os problemas a elas associadas e a terceira onde são adiantadas algumas conclusões sobre as consequências do modelo de crescimento demográfico e das limitações que os fluxos migratórios apresentam para minorar os problemas resultantes do envelhecimento demográfico europeu.

2. Os cenários demográficos para os próximos 50 anos

O envelhecimento da população europeia e o despovoamento observado em muitas das suas regiões tem vindo a colocar o problema da redução dos escalões etários activos, reflectindo-se numa redução da oferta de mão-de-obra, configurando uma situação de *labour shortage*, e no aumento das taxas de dependência, colocando em causa o modelo social europeu. Neste sentido, o recurso a mão-de-obra imigrante tem constituído a resposta que o sistema económico tem vindo a desenvolver face às restrições demográficas. A

substituição da mão-de-obra em falta por imigração (*replacement migration*) tem sido uma questão amplamente discutida, principalmente no que se refere ao efeito destes movimentos na transformação do sistema económico e produtivo. De facto, muitos autores consideram que a substituição apenas será importante no período de ajuste estrutural do sistema económico, acreditando-se que se verificará, num período mais ou menos dilatado, uma substituição do trabalho por capital, assente no princípio económico de substituição de factores.

Não sendo esta discussão o objecto desta comunicação, convém contudo referir que os movimentos migratórios desempenham e continuarão a desempenhar um papel muito importante, não só para o ajuste do sistema económico, como também para o desenvolvimento de quaisquer que sejam as políticas demográficas a definir, uma vez que qualquer medida que venha a ser desenvolvida hoje, apenas apresentará os primeiros resultados nas próximas décadas.

Neste contexto, o trabalho desenvolvido foi no sentido de determinar os quantitativos populacionais futuros, por escalão etário, em cada cinco anos, e a magnitude dos movimentos migratórios associados a cada um dos nove diferentes cenários de desenvolvimento demográfico. A operacionalização dos cenários foi realizada através da construção de nove modelos demográficos por coortes, tendo-se recorrido aos valores referentes à natalidade, mortalidade e de movimentos migratórios observados entre 1995 e 2000, para a sua parametrização.

Os cenários desenvolvidos tiveram em atenção a necessidade de identificar as actuais tensões regionais no que se relaciona ao processo de envelhecimento, de redução populacional e de diminuição do estrato activo da população. Neste sentido foi desenvolvido um primeiro cenário, o cenário A, onde é considerada a evolução da população na ausência de movimentos migratórios. Este é um cenário fechado mas que permite realçar o potencial populacional de cada uma das regiões, identificando as áreas onde os problemas de despovoamento e de envelhecimento apresentam maior intensidade.

O segundo conjunto de cenários, os cenários B, foi desenvolvido no sentido de perceber a magnitude e a importância dos movimentos migratórios para a alteração das tendências da evolução demográfica. O primeiro cenário deste conjunto, o cenário B0, é uma derivação do cenário A, acrescentando-se os movimentos migratórios, projectando-se os valores tendo por base o crescimento natural e a adopção das actuais taxas de migração prolongadas no futuro. A comparação dos resultados com os do modelo A, possibilita identificar os efeitos e as limitações dos actuais movimentos migratórios no processo de despovoamento e de envelhecimento populacional. Os três outros cenários deste conjunto permitem determinar os quantitativos populacionais e os movimentos migratórios necessários:

- à manutenção dos actuais quantitativos populacionais, (cenário B1);

- à manutenção dos actuais quantitativos de população potencialmente activa (os actuais valores de população entre os 15 e os 64 anos de idade), (cenário B2);
- e à manutenção da actual relação entre a população com 65 ou mais anos e a população potencialmente activa, população entre os 15 e os 64 anos (cenário B3).

Os resultados permitem medir o esforço migratório necessário à manutenção das actuais condições demográficas, em termos de dimensão, cenário B1 e B2, ou de estrutura etária, cenário B3. O desenvolvimento destes cenários possibilitou a identificação dos problemas decorrentes do processo de despovoamento, da redução da força de trabalho e da alteração da taxa de dependência, quantificando a sua dimensão.

Por último, foi desenvolvida a última família de cenários, os cenários C, que associa a necessidade de migração de substituição e a alteração dos níveis de produtividade. Considerando que, no longo prazo, a variação do Produto Interno Bruto resulta do crescimento do emprego e da produtividade, foram quantificadas as necessidades de emprego de acordo com os crescimentos históricos do PIB e da produtividade². Mantendo o actual volume de emprego e o mesmo crescimento da produtividade, o crescimento esperado do PIB no longo prazo será de cerca 2% ao ano, como resultado apenas dos ganhos de produtividade. Esta situação encontra-se já modelizada no cenário B2, onde são contabilizadas as necessidades de migrantes para a manutenção dos actuais valores de emprego. Nesse cenário, a taxa de crescimento do PIB será igual à do crescimento da produtividade. Para poder avaliar o efeito da alteração do crescimento da produtividade na necessidade de força de trabalho, foram desenvolvidos os cenários C, onde se fez variar o crescimento da produtividade acima do valor médio, modelos C1 e C3, e abaixo desse valor, modelos C2 e C4, configurando, os primeiros, uma menor necessidade de emprego e, os segundos, uma maior necessidade de emprego.

3. Europa 2050: quantos seremos e como seremos?

3.1. O decréscimo populacional

Mantendo as presentes tendências demográficas observar-se-á, no território europeu, uma forte redução populacional. Não considerando a existência de movimentos migratórios, a Europa a 15 países (UE15) perderá mais de 80 milhões de habitantes, os 10 países do alargamento cerca de 20 milhões e o grupo de 29 países perderão, no seu conjunto, mais de 111 milhões entre 2000 e 2050, ou seja, o conjunto dos 15 países perderão cerca de 1/5

² Entre 1970 e 2000 o PIB per capita cresceu a 2,6% ao ano tendo a produtividade crescido a 1,9% e o emprego entre 0,7% a 1% ao ano, para o conjunto da UE a 15 países.

da sua população, enquanto os países do alargamento perderão mais de 1/4 dos actuais efectivos demográficos.

Os quantitativos populacionais em 2050 estarão próximos dos valores observados em 1960, com a grande diferença de que a estrutura populacional estará muito mais envelhecida. Na realidade, a população com mais de 65 anos, que representava cerca de 16% em 2000 (16,3% para UE15, 15,7% para UE25 e 15,6% para UE29), será quase o dobro em 2050, atingindo-se valores em torno dos 27% (27,6% para a UE15, 27,1% para UE25 e 27,0% para UE29).

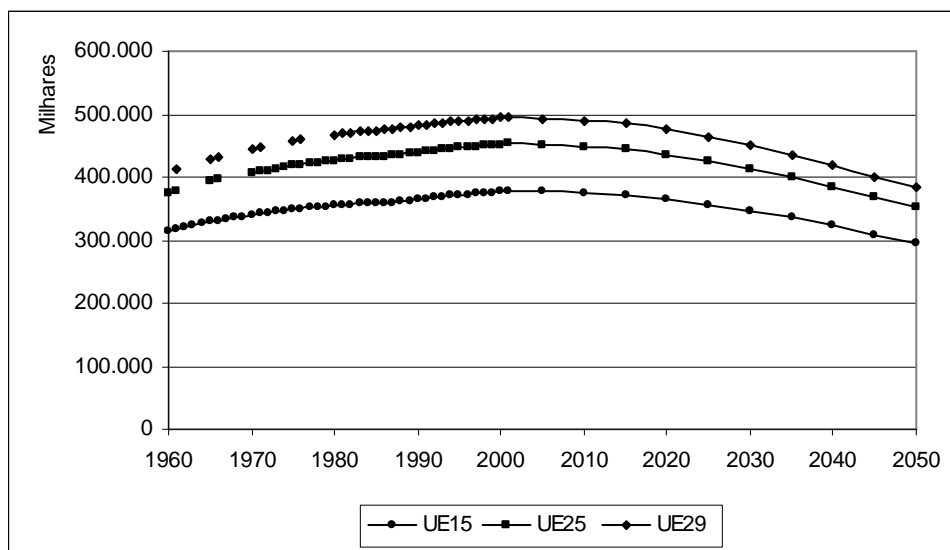


Figura 1 - Evolução e projecção da população, 1960-2050, UE15, UE25 e UE29. Modelo A (sem migrações)

Esta redução populacional afectará a generalidade dos países e regiões europeias. A Irlanda é o único país com uma tendência de crescimento positivo, enquanto todos os outros apresentam reduções demográficas, menos acentuadas em Chipre, Malta, Noruega, França, Luxemburgo e Reino Unido, com variações inferiores a 10% entre 2000 e 2050, e bastante acentuadas, com variações superiores a 30%, na Letónia, Bulgária, Estónia, Hungria, Eslovénia, Itália, República Checa e Alemanha, situando os restantes países numa situação intermédia.

A nível regional, a redução demográfica será mais intensa no leste da Alemanha, nos estados do Báltico, nas regiões romenas e búlgaras, no norte da Itália e de Espanha e no sul e centro de Portugal. Pelo contrário, as áreas que apresentam menores perdas populacionais são as regiões da Irlanda, Noruega, Suécia e Finlândia, as áreas urbanas de França e Polónia, sul de Itália e de Espanha.

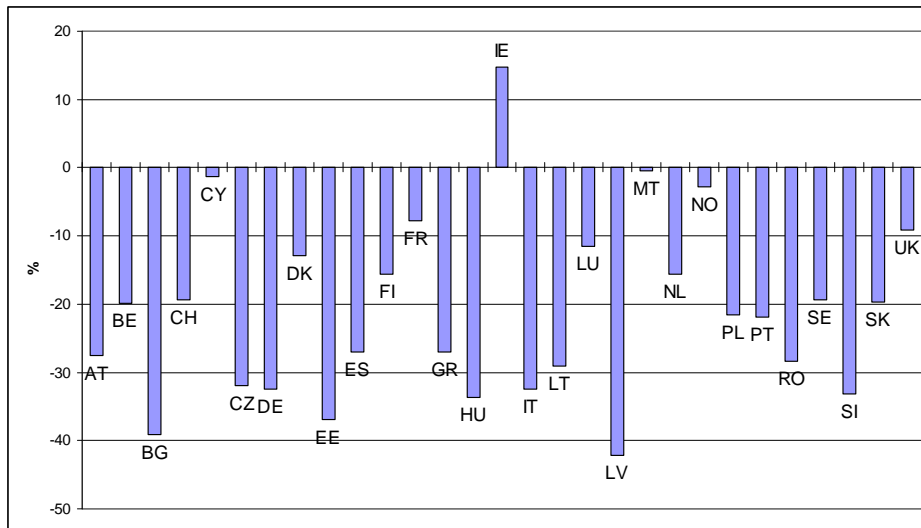


Figura 2 – Variação populacional 2000-2050, Modelo A (sem migrações)³

O processo de redução populacional manter-se-á mesmo considerando os movimentos migratórios aos níveis actuais. Admitindo a manutenção da tendência dos movimentos migratórios, a redução populacional será menos intensa, mas a Europa dos 15 perderá cerca de 36 milhões de habitantes, os 10 países do alargamento cerca de 18 milhões e a Europa a 29 países 65 milhões de habitantes.

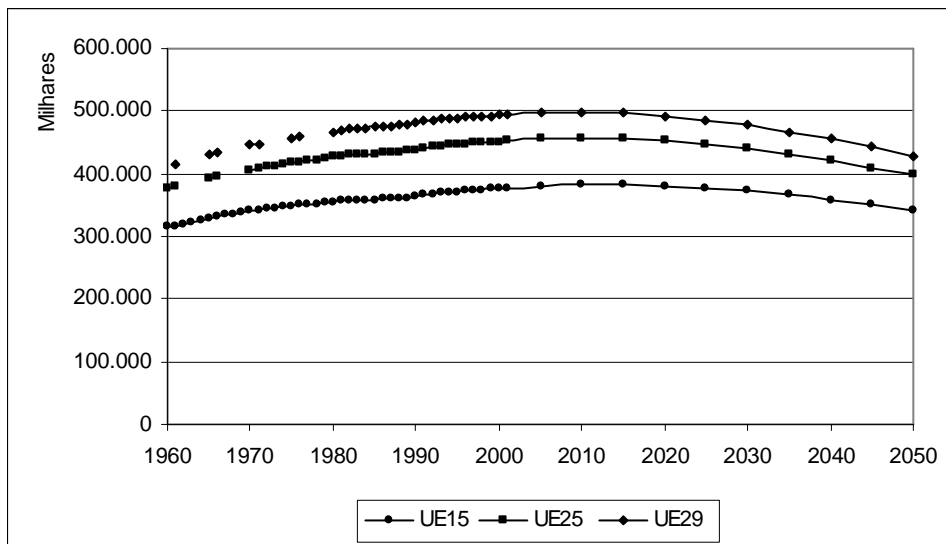


Figura 3 - Evolução e projecção da população, 1960-2050, UE15, UE25 e UE29. Modelo B0 (com as actuais taxas migratórias)

³ AT-Áustria; BE-Bélgica; CH-Suíça; CY-Chipre; CZ-República Checa; DE-Alemanha; DK-Dinamarca; EE-Estónia; ES-Espanha; FI-Finlândia; FR-França; GR-Grécia; HU-Hungria; IE-Irlanda; IT-Itália; LT-Lituânia; LV-Letónia; MT-Malta; NL-Holanda; NO-Noruega; PL-Polónia; PT-Portugal; RO-Roménia; SE-Suécia; SI-Eslovénia; SK-Eslováquia; UK-Reino Unido

| | Modelo | População (x1000) | | | Taxa Crescimento Médio anual (%) |
|------|--------|-------------------|---------|---------|----------------------------------|
| | | 2000 | 2025 | 2050 | |
| UE15 | A | 376.539 | 356.074 | 295.949 | -0,48 |
| | B0 | | 377.069 | 340.688 | -0,20 |
| UE25 | A | 451.629 | 425.925 | 351.652 | -0,50 |
| | B0 | | 477.789 | 398.269 | -0,25 |
| UE29 | A | 493.878 | 464.781 | 382.839 | -0,51 |
| | B0 | | 486.394 | 429.144 | -0,28 |

Quadro 1 – População observada e projectada, 2000, 2025 e 2050 (modelos A e B0)

Comparando com os resultados do modelo sem migrações, verifica-se que o efeito da inclusão dos movimentos migratórios favorece fundamentalmente os países do grupo da União Europeia a 15 estados, onde a redução populacional é de cerca de metade da redução verificada no modelo A, enquanto que em relação aos países do alargamento as diferenças são menos significativas, uma vez que estas são áreas emissoras de emigrantes. O efeito da inclusão dos movimentos migratórios contribuirá para a redução do processo de decréscimo populacional, conduzindo ao aumento populacional nos casos do Luxemburgo, Malta, Chipre e ao reforço de crescimento da Irlanda. Também o Reino Unido, a Noruega, Dinamarca, Portugal e Holanda registam variações positivas da população entre 2000 e 2050. Em relação aos restantes países verifica-se que o efeito de migração atenua a redução populacional identificada no modelo A, mas em países como a Estónia, Letónia, Roménia, Bulgária, assim como, de uma forma mais ligeira, a Suíça e a França, o efeito de migração aumentará a tendência para a redução demográfica, uma vez que se admitiu a continuidade dos actuais saldos migratórios negativos.

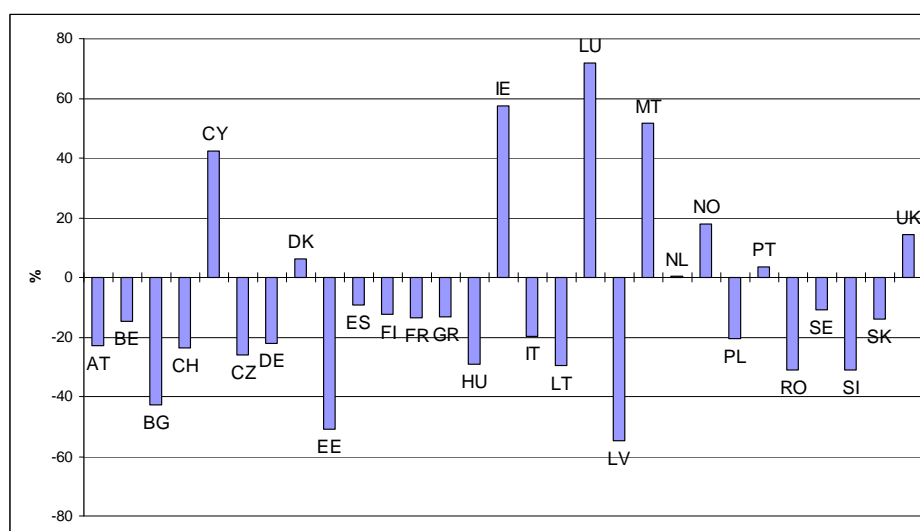


Figura 4 – Variação populacional 2000-2050, Modelo B0 (com as actuais taxas migratórias)

3.2 O envelhecimento

Paralelamente ao processo de diminuição populacional observar-se-á um processo de envelhecimento. Em cinquenta anos o aumento do peso de população com mais de 65 anos aumentará passando a representar cerca de um quarto da população total.

| | Modelo | 2000 | 2025 | 2050 |
|------|--------|------|------|------|
| UE15 | A | 16,3 | 22,2 | 27,6 |
| | B0 | | 21,2 | 25,4 |
| UE25 | A | 15,7 | 21,6 | 21,3 |
| | B0 | | 20,8 | 25,2 |
| UE29 | A | 15,6 | 27,1 | 27,0 |
| | B0 | | 20,6 | 25,2 |

Quadro 2 – Percentagem de população com 65 e mais anos, 2000, 2025 e 2050 (modelos A e B0)

A Itália, a Espanha, Grécia, Eslovénia, Áustria, Alemanha e Suíça, apresentam os valores mais elevados de população com mais de 65 anos, com valores superiores a 29% da população total em 2050, segundo o modelo A, evidenciando um processo de envelhecimento acelerado de que são também exemplo o Chipre e a República Checa. Considerando o modelo sem migrações, serão as regiões do norte de Itália, leste da Alemanha, Grécia e norte de Espanha que apresentarão valores mais elevados de população com mais de 65 anos de idade.

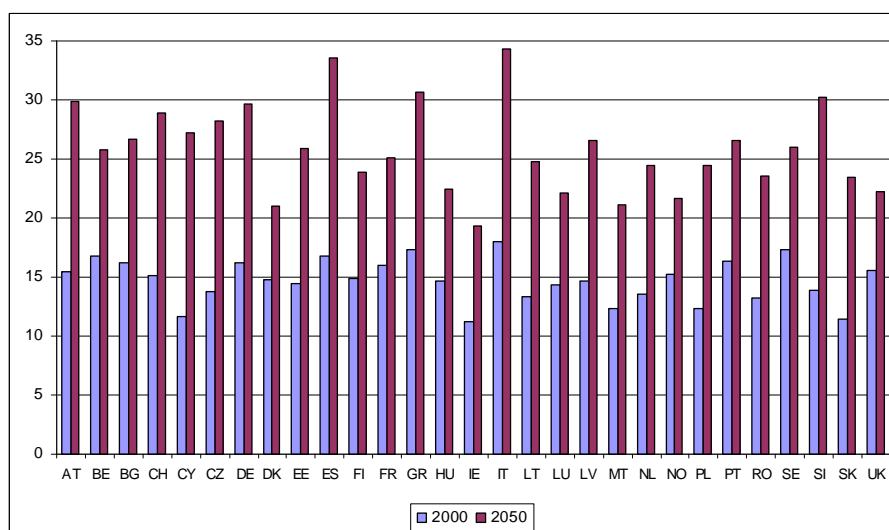


Figura 5 – População com 65 e mais anos de idade (%), 2000-2050, Modelo A

O efeito do fluxo migratório reduzirá ligeiramente o efeito de envelhecimento. Contudo, na Letónia e na Estónia o processo será mais acelerado e mais intenso, devido ao facto de apresentarem saldos migratórios negativos. Pelo contrário, países como a Irlanda, Malta e

Luxemburgo onde a existência de uma estrutura etária mais jovem vê reforçada a sua estrutura com a migração de uma população ainda jovem, e outro conjunto de países que apresentavam já uma estrutura mais envelhecida em 2000 mas que, por via dos fluxos migratórios, rejuvenescem a sua estrutura etária, os casos de Itália, Grécia e Portugal, vêm o efeito de envelhecimento claramente minorado.

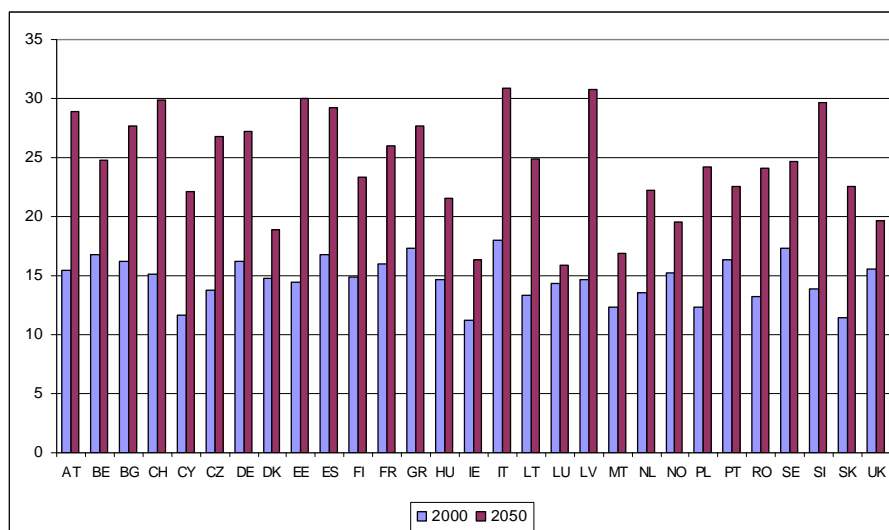


Figura 6 – População com 65 e mais anos de idade (%), 2000-2050, Modelo B0

3.3. A dependência de idosos

A terceira componente demográfica a ter em atenção é a da alteração da relação entre potenciais activos e idosos, sendo que a diminuição drástica desta relação coloca em causa a manutenção do modelo social vigente na Europa.

| | Modelo | 2000 | 2025 | 2050 |
|------|--------|------|------|------|
| UE15 | A | 4,11 | 2,88 | 2,13 |
| | B0 | | 3,04 | 2,38 |
| UE25 | A | 4,27 | 2,98 | 2,19 |
| | B0 | | 3,12 | 2,41 |
| UE29 | A | 4,31 | 3,02 | 2,21 |
| | B0 | | 3,15 | 2,41 |

Quadro 3 – Relação entre população com 15-64 anos e população com 65 e mais anos, 2000, 2025 e 2050 (modelos A e B0)

Em 2000, na UE existiam 4,1 activos potenciais por cada idoso, enquanto nos países do alargamento esse valor era de 5,3 e no conjunto dos 29 países, de 4,3. Estes valores descem drasticamente sendo aquela relação em 2050 segundo o modelo A, de 2,1 para a

UE15, 2,5 para os países do alargamento e de 2,2 para o conjunto a 29 países. Considerando os movimento migratórios os valores apresentam-se ligeiramente mais altos, 2,4, 2,6 e 2,4, para a UE a 15 países, para os 10 países do alargamento e para o conjunto de 29 países, respectivamente.

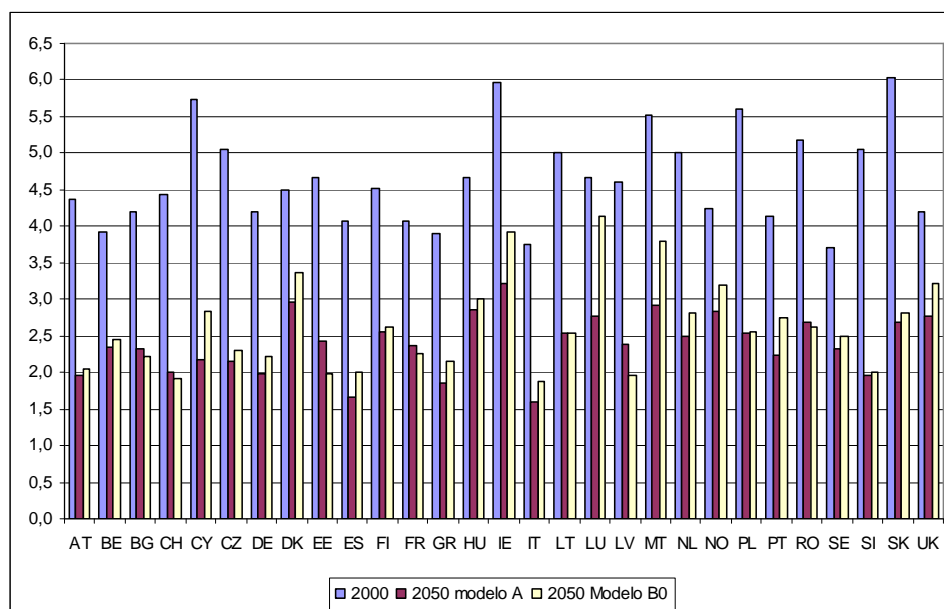


Figura 7 – Relação entre população com 15-64 anos e população com 65 e mais anos, 2000 e 2050 (modelos A e B0)

A alteração desta relação encontra-se profundamente ligada ao processo de envelhecimento populacional. São os países ou as regiões, cujo processo de envelhecimento se apresenta mais agudo que revelam as maiores diminuições na relação entre activos e idosos. As projecções segundo o modelo A, apontam para uma redução muito acentuada da relação entre activos e mais idosos em países como o Chipre e a Eslovénia, mas também em Espanha, República Checa, Itália e Eslováquia, atingindo-se valores inferiores a dois activos por cada idoso na Itália, Espanha, Grécia, Eslovénia e Áustria, configurando uma situação particularmente delicada nestes países.

Considerando os movimentos migratórios, modelo B0, os resultados evidenciam uma atenuação da diminuição da relação entre activos e idosos, para a generalidade dos 29 países. Contudo, abaixo dos dois activos por cada idoso mantém-se a Itália a que se juntam a Letónia, Estónia e Suíça. A Letónia e a Estónia, bem como na Roménia e a França, são países onde o efeito de inclusão dos movimentos migratórios, ao contrário da generalidade dos países em análise, contribuirá para a diminuição da relação, de uma forma mais drástica no caso dos primeiros, a exemplo do que já tinha sido identificado em relação ao processo de envelhecimento.

3.4. As tensões regionais

Os processos de decréscimo populacional e o envelhecimento encontram-se relacionados e as regiões mais envelhecidas em 2050 serão, simultaneamente, aquelas que apresentarão maiores perdas populacionais. A tipologia encontrada a partir da relação entre a variação da população entre 2000 e 2050 e a percentagem de população com mais de 65 anos, permite identificar as áreas onde a tensão demográfica será mais intensa e mais expressiva.

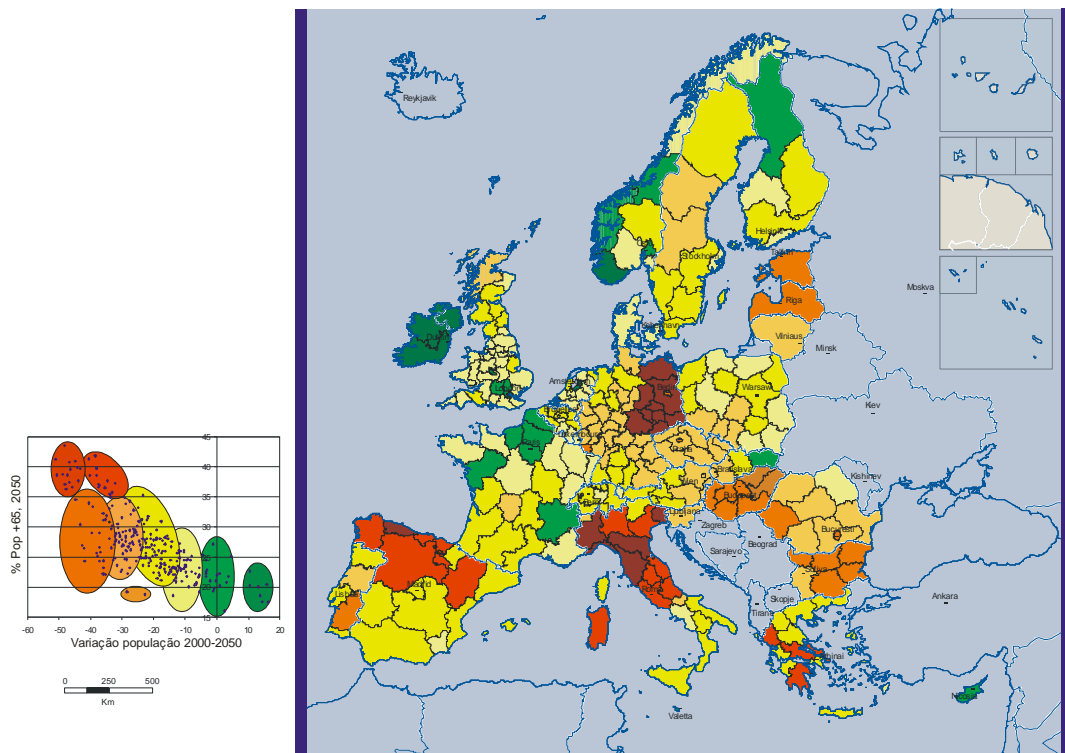


Figura 8 – Decréscimo populacional e envelhecimento, 2000-2050 (NUTS 2)

A distribuição regional permite identificar um primeiro grupo de regiões relativamente jovens e de forte crescimento; áreas urbanas centrais em França e no Reino Unido, mas também em áreas periféricas da Noruega e Finlândia, o Chipre e naturalmente a Irlanda. Em oposição encontram-se as regiões onde os processos de decréscimo populacional e de envelhecimento serão particularmente importantes, são exemplo regiões em Portugal como o Alentejo, na Roménia, Bulgária e Hungria, assim como os estados bálticos. Mas o processo de despovoamento e de envelhecimento será ainda mais intenso nas áreas do norte e centro de Itália (Piedmont, Friuli-Venezia Giulia, Emília Romana, Toscânia), do norte de Espanha (em particular as Astúrias), as áreas mais rurais da Grécia, a Sardenha, e o leste da Alemanha. Estas são as áreas onde, mantendo as actuais tendências, as tensões

serão particularmente fortes e onde a dimensão dos fenómenos de despovoamento e de envelhecimento serão extremos.

3.5. Migração de substituição? Quais os quantitativos necessários?

Os modelos A e B0 evidenciam as tendências de evolução demográfica e as limitações que os actuais movimentos migratórios têm para contrariar o processo de redução populacional, de envelhecimento e do aumento da dependência. De facto, cada vez mais pessoas dependem de menos activos. Poderemos então colocar a questão: quantos imigrantes serão necessários para contrariar estas tendências?

A resposta permite chegar a valores impressionantes. O volume de migrantes necessários à manutenção do mesmo quantitativo populacional será de 74 milhões (UE15), 17 milhões para os 10 países do alargamento, e de 101 milhões para os 29 países em análise, durante o período compreendido entre 2000 e 2050. Este volume migratório é sensivelmente o dobro do volume de migrantes que teríamos em 2050 se as actuais taxas migratórias se mantivessem constantes, uma vez que a acumulação desses valores apontam para cerca de 41 milhões para a União a 15 estados, 1,7 milhões para os 10 países do alargamento e para um total de 42 milhões para os 29 países.

O volume de imigrantes aumenta substancialmente se considerarmos a necessidade de manter a mesma população potencialmente activa. Neste caso os valores são de 93 milhões para a UE15, 20,5 para os 10 países do alargamento e 124 milhões para o conjunto total. As variações introduzidas com a alteração do crescimento da produtividade conduzem a uma necessidade entre 91 e 95 milhões de imigrantes para a Europa a 15 países, ou seja cerca de 2% acima ou abaixo dos 93 milhões de imigrantes necessários no modelo B2, e de 120 a 128 milhões de imigrantes para o conjunto de 29 países, cerca de 3% acima ou abaixo dos 124 milhões das necessidades projectadas pelo mesmo modelo.

A situação extrema ocorre quando é considerado o cenário de manutenção da actual relação entre o número de activos e a população com mais de 65 anos, a manutenção da actual relação que suporta o modelo social europeu, tal como o conhecemos hoje. Neste caso o volume de imigrantes necessários é de 405 milhões para a UE15, mais 98 milhões para os 10 países do alargamento e de 542 milhões para o total dos 29 países, ou seja, em 50 anos necessitaríamos de um contingente de imigrantes igual à actual população do conjunto de 29 países.

| | Modelo | 2000 | 2025 | 2050 |
|------|--------|---------|-----------|------------|
| UE15 | B1 | 718.433 | 923.126 | 1.478.645 |
| | B2 | | 1.390.585 | 1.865.932 |
| | B3 | | 6.543.562 | 8.101.017 |
| | C1 | | 1.333.900 | 1.792.196 |
| | C2 | | 1.446.712 | 1.938.273 |
| | C3 | | 1.362.313 | 1.829.242 |
| | C4 | | 1.418.718 | 1.902.274 |
| UE25 | B1 | 747.268 | 1.124.685 | 1.827.219 |
| | B2 | | 1.689.253 | 2.275.913 |
| | B3 | | 8.279.736 | 10.067.791 |
| | C1 | | 1.618.599 | 2.184.829 |
| | C2 | | 1.759.274 | 2.365.342 |
| | C3 | | 1.654.006 | 2.230.582 |
| | C4 | | 1.724.342 | 2.320.830 |
| UE29 | B1 | 735.179 | 1.249.812 | 2.024.811 |
| | B2 | | 1.825.428 | 2.496.091 |
| | B3 | | 8.846.461 | 10.831.832 |
| | C1 | | 1.748.286 | 2.395.602 |
| | C2 | | 1.901.889 | 2.594.779 |
| | C3 | | 1.786.943 | 2.446.076 |
| | C4 | | 1.863.743 | 2.545.657 |

Quadro 4 – Número médio de imigrantes por ano (valores acumulados), 2000, 2025 e 2050 (modelos B1 a C3)

Comparando com os actuais valores de migração, verificamos que os valores em jogo apontam para uma necessidade de movimentos migratórios médios que no mínimo são o dobro dos verificados na actualidade, mas que, no extremo, atingem dez vezes mais os valores actuais.

4. Conclusões

O trabalho realizado não constituiu um exercício de adivinhação do futuro. Ele serve para avaliar os limites de evolução demográfica e permite evidenciar as tensões territoriais que estão desenhadas. Por outro lado, as condições demográficas actuais tiveram a sua origem há 30 ou 40 anos atrás, e qualquer medida no sentido de alterar as condições demográficas actuais apenas terá algum resultado daqui a 20 ou 30 anos.

Os resultados dos modelos permitem, por um lado, evidenciar a dimensão do processo de envelhecimento e de despovoamento, bem como identificar as áreas onde estes processos se apresentam mais críticos e, por outro, provam a limitação dos movimentos migratórios, aos níveis actuais, para colmatar ou mitigar os efeitos destes processos. Outra conclusão que se pode retirar é a impossibilidade de se obterem fluxos migratórios suficientes para

satisfazer as necessidades demográficas para a manutenção da mesma relação entre activos e idosos, ou mesmo para manter os actuais volumes de população potencialmente activa. Perante a magnitude dos valores de migração associados a cada um destes pressupostos é de colocar em causa tanto a capacidade de recepção desses movimentos como, face às limitações demográficas existentes nas áreas potencialmente emissoras, da disponibilidade dos contingentes de migrantes necessários. Se observarmos as projecções demográficas realizadas pelas Nações Unidas segundo alguns países e grandes regiões do mundo, podemos verificar que os países do leste da Europa dificilmente constituirão uma alternativa face à sua evolução demográfica. Desta forma, apenas o alargamento da esfera de recrutamento, a África, América Latina e Ásia, poderá constituir uma resposta, algo limitada, tanto pelo volume em causa como pelas qualificações, às necessidades de migração de substituição.

| Regiões | População (milhões) | | | Taxa de Crescimento Médio anual (%) |
|-----------------------|---------------------|-------|-------|-------------------------------------|
| | 2004 | 2025 | 2050 | |
| Europa de Leste | 299 | 281 | 243 | -0,45 |
| Bielorússia | 10 | 9 | 9 | -0,31 |
| Moldávia | 4 | 4 | 3 | -0,73 |
| Rússia | 144 | 137 | 119 | -0,41 |
| Norte de África | 191 | 265 | 324 | 1,16 |
| América Central | 146 | 189 | 224 | 0,93 |
| América do Sul | 365 | 450 | 502 | 0,7 |
| Ásia Ocidental | 209 | 302 | 395 | 1,39 |
| Ásia Central e do Sul | 1.587 | 2.068 | 2.547 | 1,03 |
| Índia | 1.087 | 1.363 | 1.628 | 0,88 |
| Ásia oriental | 1.531 | 1.709 | 1.643 | 0,15 |
| China | 1.300 | 1.476 | 1.437 | 0,22 |

Fonte: UN (2004)

Quadro 5 – População residente e projectada por grandes regiões mundiais, 2004, 2025 e 2050

As intervenções que têm de ser tomadas apontam para a necessidade de desenvolver políticas demográficas, de emprego, de educação e de desenvolvimento tecnológico. É incontornável a necessidade de aumentar o índice de fecundidade, sendo o desenvolvimento de acções de incentivo e de apoio à maternidade, sem dúvida, uma das acções fundamentais. Por outro lado, no âmbito da política de emprego, será ainda possível o alargamento do contingente de activos, através do aumento da taxa de feminização do trabalho e no prolongamento da idade activa. No campo tecnológico, há que desenvolver acções que permitam aumentar a produtividade, a taxas naturalmente superiores às verificadas nos últimos trinta anos, sendo necessário para isso promover o aumento das qualificações da população.

No entanto, estas acções encontram-se de alguma forma condicionadas uma vez que em algumas das situações se apresentam como contraditórias ou não convergentes. A necessidade de aumentar os índices de fecundidade colide com a necessidade do aumento da taxa de participação feminina no mercado de trabalho, bem como o prolongamento da idade activa pode colidir com a necessidade do aumento acentuado da produtividade. Por outro, em algumas regiões, o próprio sistema social e económico já não apresenta grande margem de evolução neste sentido, uma vez que as taxas de feminização e de emprego de população com mais de 65 anos são já muito elevadas.

O desafio que se coloca à Europa é grande e o conjunto de acções a desenvolver apresentam-se interrelacionadas e colocam um elevado número de restrições. Perante este quadro, será sempre necessária uma intervenção concertada ao nível social, económico e tecnológico, acompanhada por uma correcta e coerente política de imigração, e não um conjunto de intervenções casuísticas e sectorizadas.

Bibliografia

- COALE, A.; HOOVER, E. (1958) – *Population and Economic Development*. Princeton.
- COPPEL, J.; DUMONT, J. C.; VISCO, I. (2001) – *Trends in Immigration and Economic Consequences*. OECD Economic Department Working Papers no. 284.
- ESPON (2005) – *Action 1.1.4 “The spatial effects of demographic trends and migration”*. Final Report, www.espon.lu/online/documentation/projects/thematic/thematic_75.html
- FALLON, P.; VERRY, D. (1988) – *The Economics of the Labour Market*. Philip Allan.
- FOTAKIS, Constantinos (2000) – *Demographic ageing, employment growth and pensions sustainability in the EU: the option of migration*, ONU, Nova Iorque
- HAUG, W.; COMPTON, P.; COURGAGE, Y. (2002) – *The Demographic Characteristics of Immigrant Populations*. Population Studies nº38, Conselho da Europa, Estrasburgo.
- UN Population Division (2000) – *Replacement Migration*. Nações Unidas, Nova Iorque
- UN Population Division (2004) – *2004 World Population Sheet*. Nações Unidas, Nova Iorque
- VITORINO, António (2003) – “Uma política comum de imigração”, in *Actas do I Congresso Imigração em Portugal: diversidade-cidadania-integração*. ACIME (ORG.), Lisbon, pp.32-38.